

# A PROPÓSITO DE VELHAS PROPOSTAS NOVAS DE ALFABETIZAÇÃO = (DE DESABAÇOS A DESAFIOS)

SONIA KRAMER\*

## 1 - Fazendo um Desabaço...

Na minha história pessoal são 20 anos de trabalho em sala de aula. Em turmas de pré-escola, 1º e 2º Graus, na Universidade. Envolvida em pesquisa, engajada em projetos de educação...

Mas na história deste país são mais de 60 anos de lutas, mais ou menos organizadas, mais ou menos vitoriosas: são 60 anos de lutas na defesa de uma escola pública realmente de todos e de qualidade. Tivemos os educadores comprometidos com um projeto educacional democrático para este país, na década de 20; tivemos os "pioneiros" manifestando-se firmemente, nos anos 30, por uma educação pública, contra os defensores da escola particular subvencionada pelo Estado; tivemos as batalhas em torno da Constituinte de 1934, depois na de 1946. Tivemos a Campanha em Defesa da Escola Pública nos anos 50, em prol de uma legislação educacional que beneficiasse a maioria da população. Foram-se os movimentos de educação popular nos anos 60 - Movimento Paulo Freire, CPC da UNE, "De Pé no Chão também se aprende a ler", "Movimento de Educação de Base", e tantos outros decepados pelo golpe de 64. Temos, hoje mesmo, muitas iniciativas sérias por uma escola verdadeiramente popular em inúmeros municípios e estados deste país.

Por outro lado, porém, os anos da ditadura nos deixaram seu legado: Projeto Minerva, Mobral, Planos Nacionais de Educação Rural, etc. Pacotes autoritários com discursos demagógicos, semeando as teses da privação cultural, agravando o preconceito contra nossas populações pobres (adultos e crianças) produzindo a discriminação cultural enquanto o modelo econômico aprofundava a marginalização social e expropriava cada vez mais as camadas populares.

E, mais recentemente, estávamos nós mesmos envolvidos - até a raiz dos cabelos - com a Constituinte. Essa de agora, a de 88. Organizados em diversas entidades e movimentos sociais, colhendo assinaturas para emendas populares, promovendo debates. E tudo de novo para as leis orgânicas, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por menos

que reconhecêssemos, estamos, sim, sustentados por uma certa esperança....

De repente, perdendo as eleições, a que assistimos, entre perplexos e cansados? O mesmo discurso demagógico de então, só que, retratado nos jornais dos dias de hoje, falando em erradicar o analfabetismo em um ano e meio, proclamando o ensino à distância como a grande saída para a educação brasileira, defendendo o crédito educativo, apesar de nossa ferrenha batalha pela universidade pública. Eu diria que tudo isso não me traz desespero, mas me carrega de desesperança.

Desesperança não só porque as supostas novas medidas desconhecem os estudos, as pesquisas, avaliações e análises críticas existentes sobre os inúmeros planos já realizados e fracassados. Mas desesperança, sobretudo, porque as velhas novas medidas equivocadas alijam as entidades e os movimentos sociais que coletivamente se pronunciaram, nos últimos anos, a respeito dos projetos educacionais conseqüentes que a realidade brasileira exige neste momento ... e porque sequer se dão ao trabalho de tirar das gavetas e de consultar nas bibliotecas a produção disponível.

Talvez seja um desabaço prematuro ou impaciente esse meu. Espero que minhas impressões e temores sejam infundados. Não posso, no entanto, deixar de dizer - com vontade de gritar - que os analfabetos (crianças, jovens, adultos) não são objetos anônimos. Não se baixam índices de analfabetismo como se pretende baixar índices de inflação. Os analfabetos não são meros compradores e nós professores não somos meros vendedores ambulantes tentando convencê-los a adquirir um saber, a língua escrita, esfacelada nas prateleiras como mercadorias expostas em letras, sílabas, pedaços de palavras... Por trás de cada "analfabeto" existe um cidadão, um sujeito social que tem uma origem, uma família, um tipo de moradia, um vínculo de trabalho, uma classe social, religião, sexo, laços culturais, uma história, um rosto, um nome enfim. De nada adianta um pool de ministérios onde alguém esteja encarregado de fazer o marketing supondo convencer o chamado analfabeto a se deixar alfabetizar, como quem aceita comprar ou receber um novo produto.

Zaia Brandão criticou muito bem mais essa "tentação das mágicas" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 Mar. 1990) que parece permear o ultrapassado "novíssimo" discurso de-

\* Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

magógico sobre as questões da educação. O que me assusta, porém, e pensar que a nós intelectuais, pesquisadores, escritores, professores - resta apenas a "tentação das críticas". O que fazemos com nossas pesquisas, nossos estudos, nossos projetos, com nossa energia, nosso alento? Continuamos a crítica, imagino eu, embora desesperançada. Prosseguimos na nossa trajetória. Mais uma vez alertamos que "programas de erradicação" são inúteis, além de precomceituosos, pois o de que necessitamos é uma política cultural (mas os órgãos voltados para a cultura foram desmantelados!); de uma política de acesso e produção da língua escrita, de leitura, de políticas de formação de professores sistemáticas e inseridas em amplos projetos de dignificação do magistério. Nossas escolas agonizam por falta de melhores condições de trabalho.... nossas populações agonizam por falta de melhores condições de vida ... São urgentes, também, medidas de apoio e incentivo (técnico e financeiro) às inúmeras alternativas de educação bem sucedidas já desenvolvidas, ou em implementação, com vistas a garantir sua expansão gradativa.

Bem, dizendo isso, acabo de cair na "tentação das críticas". Enfim, continuando nela, pergunto ainda: PARA QUE reduzir índices, Senhor Ministro, se a prática educativa cotidiana é tão mais complexa, dinâmica, contraditória do que os números conseguem indicar? E a resposta que se me apresenta é: como a política de alfabetização está sempre intimamente ligada ao projeto político que se tem para um país, os planos que se avizinham aparecem tão somente confirmar a natureza demagógica e o caráter populista do modelo populista autoritário, embora legitimado pelo voto, que se pretende implantar neste momento.

Como bem disse Zaia Brandão na sua entrevista ao *Journal do Brasil*, "nós já vimos esse filme". E vimos que foi um mau filme. Tomara só que - coletivamente e de posse de tudo aquilo que já construímos no nosso trabalho prático e teórico - nós consigamos contribuir para dar a esse filme uma outra solução de roteiro que não seja a de novamente aumentar o preconceito, a discriminação, a manipulação cultural de nossas já tão sofridas populações. Por ora, eu não me iludo. Aliás, duvido.

No entanto, o que consigo vislumbrar por trás dessa névoa de autoritarismo, demagogia e mesmice é que nossa atuação serena e firme, ao longo dos próximos anos, precisa se colocar, de um lado, na crítica séria e severa às propostas equivocadas e, de outro, no engajamento político/profissional/pessoal em alternativas de educação pública (**municipais e estaduais**). Sim porque apesar das aparências dos discursos, nós não estamos mais sob a ditadura.

Embora mergulhados na desesperança e na perplexidade, e talvez por causa delas, nosso trabalho precisa ser canalizado para a construção de políticas de educação comprometidas com as necessidades e os direitos de nossa população - nesse caso o direito a uma escola pública de qualidade para todos, ou seja, a escola pública popular.

Será essa uma mera tentativa de acreditar que vale a pena continuar? Talvez seja ... Serão essas apenas belas palavras lançadas ao vento como consolo? Talvez sejam ... Mas por que não continuar? Por que não falar de nossos sentimentos e de nossos desabafos, se eles podem nos ajudar a de novo tecer nossas convicções políticas e reencontrar os cacos de esperança e energia dilacerados? Por que não acreditar que os cacos, coletivamente reunidos e confrontados, podem ser transformados em força para continuar nosso trabalho? Por que não enfrentar de novo os desafios buscando novas - e não velhas - soluções?

## 2 - Falando de Alguns Desafios...

1. Alfabetização, cidadania e projeto político. Como se articulam?

Não é possível discutir um projeto de educação e de alfabetização de um país, sem discutir - antes e ao mesmo tempo - o projeto político, econômico, social e cultural desse país. Como desenvolver essa discussão, hoje, no Brasil? É possível uma alfabetização de crianças, jovens e adultos sem que o Brasil passe por transformações profundas no nível econômico, político, social e cultural? Como construir uma alfabetização transformadora, que contribua para o exercício da cidadania, aqui e agora?

É possível, hoje, fazer avanços significativos em alfabetização, sem que este país resolva determinados impasses relativos à **propriedade da terra, ao trabalho e à distribuição de bens materiais e culturais**? Como? Que projeto de alfabetização devemos construir se não queremos fortalecer a sociedade civil e, portanto, a cidadania de todos - crianças, jovens e adultos?

2. Alfabetizar não é apenas transmitir letras e números. **Que é alfabetizar? Qual a sua função social?**

A alfabetização não se limita a ensinar códigos. Muito mais do que isso, ela diz respeito à leitura do mundo, à produção da palavra. Para isso, sabemos que crianças, jovens e adultos só aprendem a ler e escrever, lendo e escrevendo, ou seja, praticando ativamente a leitura e a escrita vivas, críticas, criativas e não de forma mecânica, rotineira, morta. Para que garantir a todos o acesso à leitura/escrita? É possível desencadear um processo de alfabetização sem um projeto que torne efetiva a prática da leitura/escrita? Ou, ao contrário, uma alfabetização voltada para a cidadania só pode existir a partir, e em função, de uma política que vise à emancipação, à tomada de consciência crítica sobre a realidade em que vivemos? Como ler e escrever a não ser lendo e escrevendo? Como ter acesso a livros, jornais, revistas...etc, a não ser no bojo de uma política cultural solidamente articulada à política educacional?

3. Quem é responsável por essa alfabetização?

No Brasil, encontramos hoje, ao lado da rede pública de ensino, inúmeras iniciativas de agências não governamentais que se dedicam à alfabetização de jovens e adultos, e às vezes até mesmo crianças. É crucial promover a melhoria da qualidade de todas essas ações - tanto as iniciativas governa-

mentais quanto não governamentais - bem como a sua expansão e articulação de maneira a congregar os esforços, otimizar os recursos disponíveis e gerar intervenções que tornem a alfabetização da população brasileira uma realidade efetiva.

Necessitamos de mais escolas. De uma melhor escola, de uma escola que tenha uma nova qualidade no seu trabalho. Precisamos de mais, melhor e nova alfabetização. Mas quem as implementará? Quem irá conceber as políticas de alfabetização hoje urgentes?

Como articular instâncias governamentais e não governamentais a fim de otimizar os recursos materiais e humanos disponíveis? Como coordená-las e supervisionar as ações desenvolvidas de maneira a concretizar a alfabetização? Como enfrentar divergências e oposições existentes? Quem irá coordenar esse processo?

De que forma irão atuar as universidades e os centros de pesquisas se sabemos que existe uma enorme distância entre o conhecimento produzido sobre alfabetização e o que acontece na prática, na grande maioria das escolas, que papel irão desempenhar as universidades e os centros de pesquisa a fim de possibilitar que sua produção sobre alfabetização contribua efetivamente para a alfabetização real desenvolvida nas diferentes iniciativas escolares ou extra-escolares?

#### **4. Como qualificar os recursos humanos necessários para empreender essa tarefa?**

Uma política de alfabetização comprometida com a cidadania, com o exercício da crítica e com a autonomia exige uma política de capacitação permanente dos seus recursos humanos, em especial dos professores, e progressiva melhoria de suas condições de trabalho e de seus salários. Como superar a precariedade de recursos materiais e humanos, bem como a exigüidade de propostas e a falta de continuidade hoje existentes em nível federal, estadual e municipal? Como favorecer as construções das inúmeras estratégias necessárias para consolidar uma prática coerente e consistente por parte de professores e outros profissionais da educação? De que maneira é possível atuar no sentido de transformar a prática pedagógica real, cotidiana, considerando-se a extensão continental deste país? Como as políticas públicas podem solucionar esse impasse, sabendo, ainda, que para a mudança da situação atual é urgente que, simultaneamente às estratégias de capacitação, haja uma total reversão das

aviltantes condições de trabalho da grande maioria dos professores?

#### **5. E no dia-a-dia, que fazer?**

A alfabetização deve propiciar o acesso ao conhecimento produzido por todos ao lado da história. Mas deve, simultaneamente, considerar os conhecimentos culturais que crianças, jovens e adultos produzem no interior das relações sociais que estabelecem, a partir de suas classes sociais, e no cotidiano de suas práticas sociais vivas. Como articular o conhecimento que deve ser por todos apropriado ao conhecimento cultural e vivencial concreto, imediato? Que metodologias são adequadas para se alcançar tais objetivos? Como podem a escola formal e as iniciativas não-formais aprender a lidar com a grande diversidade de nossas populações? Como trabalhar não só com os novos métodos, mas também com esse novo saber que se busca construir? Não existe um "melhor método de alfabetização": precisaremos uma multiplicidade de saídas possíveis! Reconhecer que há como enfrentar a marginalização cultural, o sexismo, a discriminação étnica e a discriminação de idade, que tantas vezes têm justificado o autoritarismo em relação à infância? Como fazê-lo de maneira crítica, criativa e gerando a autonomia? Como resolver questões de âmbito social e cultural, que se manifestam na escola, sabendo que elas refletem um processo mais amplo de marginalização existente na sociedade brasileira, mas sabendo também que precisam ser enfrentadas no âmbito específico das alternativas educacionais?

Que estratégias de avaliação e promoção devem ser adotadas no sentido de se garantir a permanência de crianças, de jovens e adultos, na escola e nas iniciativas de educação não formal, superando os mecanismos explícitos ou sutis de eliminação justamente daqueles que têm direito de ficar na escola, de aprender, de construir seu conhecimento?

Enfim, fazendo o desabafo e apontando os desafios, uma certeza me fica. Não há de se esperar do governo federal que aí está nenhuma saída para os impasses que temos hoje concretamente colocados. O que nos cabe é, me parece, por entre os (desa)ffios do nosso desalento ir fiando algumas redes e malhas... ir costurando lentamente, mas em conjunto - movimentos sociais, instâncias governamentais (estaduais e municipais), universidades - um tecido que não se esgarce à toa, como se esgarçam os velhos discursos das "novas" propostas....